

Comunicação mediada pelos meios e construção da subjetividade: apontamentos teóricos ¹

Claudiane CARVALHO²
Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão teórica sobre as implicações dos usos e apropriações sociais dos meios de comunicação na construção da subjetividade. Partindo do pressuposto de que a subjetividade é uma tessitura histórica e engendrada nas interações, busca-se apontar dimensões nas quais a comunicação mediada por dispositivos técnicos pode constituir modos de subjetivação. Para tanto, o trabalho divide-se em três partes. Na primeira, delineamos o que entendemos por sujeito, subjetividade e modos de subjetivação. Na sequência, mostramos a influência, ao longo do tempo, da comunicação mediada na transformação do caráter simbólico da vida social e na construção do que partilhamos como realidade. Por fim, trazemos à cena o contexto da midiatização profunda e as mudanças na subjetividade. Sustentado em revisão de literatura e de natureza crítico-analítica, o trabalho articula estudos da comunicação, da teoria social e da filosofia para indicar que as condições de comunicação reverberam nas condições de produção dos modos de vida.

PALAVRAS-CHAVE: subjetividade; meios de comunicação; midiatização; modos de subjetivação.

1.Introdução

Os estudos sobre a comunicação mediada pelos meios ou dispositivos sociotecnológicos apresentam, ao longo do tempo, perspectivas ora evolucionistas, ora reticulares e/ou conflituosas no que tange à questão da subjetividade. As primeiras pesquisas sobre a comunicação de massa, influenciadas pelo behaviorismo, consideravam um destinatário passivo, atomizado pela sociedade de massa e manipulado pelo conteúdo da mídia. A interlocução com a psicologia experimental provocou uma revisão teórica dessa abordagem, indicando a necessidade de atenção às características psicológicas da

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Docente PPGCOM/UFPA. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, e-mail: claudianecarvalho.29@gmail.com

audiência e adequação da mensagem no intuito de persuadir um coletivo específico. Estamos no âmbito das pesquisas administrativas ou pesquisas americanas que não tardaram a abraçar os estudos sociológicos e considerar que os meios têm efeitos limitados face à contextualização das relações do ator social. Sob os auspícios da sociologia e, especialmente, do estruturalismo, a preocupação direcionou-se, então, a entender qual a função social da mídia mais do que se debruçar sobre os seus efeitos. Nesse esteio, a relação dos indivíduos com os meios começa a ser contemplada como passível de escolhas baseadas em usos e gratificações (DEFLEUR, BALL-ROKEACH, 1993; WOLF, 2003; HOHLFELDT et al, 2001; MATTELART, A., MATTELART, M., 2002).

Se, de maneira geral, a pesquisa empírica americana era realizada com finalidades cognitivas internas ao sistema da mídia, a chamada teoria crítica, desenvolvida pela Escola de Frankfurt (EF), interessou-se pelas relações gerais entre a sociedade e os meios de comunicação. Representantes da primeira geração da EF, Adorno e Horkheimer, articulando psicanálise e materialismo histórico, afirmaram que, numa sociedade na qual até a arte é alçada à condição de mercadoria, a individualidade é rejeitada e o sujeito é conduzido à aceitação cega do enquadramento coletivo. Assim, tem-se um sujeito assujeitado pelo sistema econômico-social que é pautado na lógica do capital (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; CORREIA, 2016).

Na segunda metade do século passado, os estudos de recepção, por sua vez, trouxeram à cena a produção social do sentido, substituindo a ideia de transmissão de conteúdo por uma perspectiva de interação entre as instâncias de produção e recepção num determinado contexto sociocultural e sociotecnológico. Nessa conjuntura, a recepção não pode ser vista como ponto de chegada no processo comunicacional, mas como instância atravessadora.

As pesquisas de recepção, animadas por uma perspectiva antropológica da cultura, pelos estudos semióticos e pela compreensão da realidade como uma construção social, contemplam o receptor como produtor de sentidos localizado no espaço-tempo, marcado de forma inexorável pela sua condição simbólica e histórica. Dessa forma, esse ator ativo do processo comunicacional, o “receptor”, tem suas experiências influenciadas pelos usos, práticas e apropriações dos meios (BOUTAUD; VERÓN, 2007).

Nas últimas décadas, os estudos de vertente cultural e construtivista da midiatização também enfatizam a instância da recepção como produtora de sentido,

destacando o reposicionamento do consumidor no ciclo produtivo dos discursos mediáticos por conta da revolução do acesso, acarretada, especialmente, pela passagem do analógico ao digital, surgimento da internet e web, das redes de plataformas sociais e das tecnologias móveis. Para essa vertente, modos de ser e estar em sociedade dependem recursivamente dos meios de comunicação, instaurando um *bios* virtual ou mediático (SODRÉ, 2021). Na conjuntura atual, a discussão sobre a subjetividade não passa ao largo das reflexões sobre dataficação – transformação da ação social em dados online quantificados (MAYER-SCHOENBERGER; CUKIER, 2013)- e mediação algorítmica.

Esse breve panorama lança luz sobre a relação entre os estudos da comunicação mediada pelos meios sociotecnológicos e a abordagem da subjetividade. Entretanto, ao contemplar esse percurso, vê-se a emergência de uma questão central: quais as implicações dos meios de comunicação na construção da subjetividade? No intuito de buscar pistas para responder a essa pergunta, este texto divide-se em três partes. No primeiro momento, vamos delinear o que entendemos como subjetividade, enfatizando-a enquanto processo e construção, a partir, especialmente, dos autores Foucault (2009, 1914a, 1914b, 1985, 1982); Deleuze (1988, 2001) e Guattari e Rolnik (1996). Na sequência, traçaremos a relação entre a comunicação mediada pelos meios e a construção da subjetividade, a partir do quadro teórico desenhado por Berger e Luckmann (2008) e ampliado por Thompson (1995) e Couldry e Hepp (2017). Ou seja, desenvolveremos uma reflexão pelo viés de que a realidade é uma construção social, tecida nas significações atribuídas às relações, práticas e discursos sociais e, nesse enquadre, a subjetividade é intersubjetiva, ou seja, construída no embate, na relação com o outro, através da alteridade. E, por fim, na terceira parte, traremos à cena o contexto de uma midiatização profunda e a construção da subjetividade. De natureza crítico-analítica, este texto consiste em uma revisão de literatura, articula estudos da comunicação, da teoria social e da filosofia para demarcar que as condições de comunicação reverberam nas condições de produção dos modos pelos quais nos tornamos sujeitos.

2. SUBJETIVIDADE, SUJEITO E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: PROCESSUALIDADE HISTÓRICA EM FOCO

Para tratar da relação entre subjetividade e meios de comunicação, partimos do pressuposto de que a subjetividade precisa ser contemplada enquanto processo, construção que ocorre nas interações sociais e intersubjetivas, contextualizadas

historicamente. Nessa visada, essa noção articula-se a outras duas - modos de subjetivação e sujeito – e será abordada, neste texto, a partir, especialmente, de escritos dos estudiosos franceses M. Foucault (2009, 1985a, 1985b, 1982); G. Deleuze (1988, 2001) e F. Guattari e S. Rolnik (1996), que oferecem “um campo conceitual a partir do qual a vida pode ser pensada em sua potência de variação” (MANSANO, 2009, p.110). Atinente aos meios de comunicação, consideramo-nos como a institucionalização e estabilização social de usos, práticas e apropriações dos dispositivos técnicos de comunicação, ou seja, abarcamos as tecnologias a partir das suas condições de produção, circulação e recepção na tessitura social (THOMPSON, 1995; VERÓN, 2014).

Em resposta ao legado da tradição filosófica ocidental que aponta para uma espécie de “essência” do humano forjada em elementos fixos e permanentes, as ideias de Guattari e Rolnik (1996) indicam que a subjetividade é um processo que coaduna múltiplos componentes, os quais resultam da nossa interação mediada, portanto simbólica e sócio-histórica, com o mundo social. Nessa visada, a subjetividade não se trata de uma posse, mas de uma produção ininterrupta que ocorre nas interações com o outro – o outro social, a natureza, os acontecimentos etc. Advindos desse processo relacional, efeitos ou alterações produzidos em nossos corpos e maneiras de viver circulam socialmente como componentes de subjetivação. A construção da subjetividade, portanto, é provisória e tem caráter coletivo e social, pois os processos de produção, recepção e acolhimento dos componentes de subjetivação são concomitantes e contínuos. Nesse sentido, a “subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” e, assim, “não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31).

Vale destacar que a difusão e a circulação desses componentes se dão a partir de uma série de instituições, práticas e procedimentos vigentes em cada tempo histórico. Assim, é possível inferir “que os múltiplos componentes de subjetividade difundem-se como fluxos que percorrem o meio social, dando-lhe movimento” (MANSANO, 2009, p.111). Guattari e Rolnik (1996) registram que, no mundo social, muitas são as estratégias que tentam fixar a força subjetiva produtiva dando-lhe uma direção, consolidando referências a serem reproduzidas pela coletividade e comprometendo o “processo de

singularização”³. Nessa conjuntura, o autor destaca que produzimos subjetividade em meio a uma luta.

Por conta dessa dinâmica tensa e complexa que marca a construção da subjetividade, Gonçalves (2020) rechaça uma perspectiva classificatória⁴, a qual expressa juízo de valor e uma ordem lógica e cronológica. De acordo com o autor, trazer à cena uma tipificação de sujeito moderno, pós-moderno e pré-moderno, por exemplo, implica negar que, em cada momento histórico, há variadas formas de existência subjetiva. A crítica à classificação coaduna com a crítica à valoração deste ou daquele tipo de sujeito como melhor ou mais autêntico. Do mesmo modo, negar a classificação implica rejeitar uma ordenação cronológica. Corroboramos com Gonçalves (2020, p.68) quando ele resume que: “Em cada momento, em cada grupo cultural, cada pessoa agencia, a seu modo, os elementos diversos que a cultura, entendida no sentido largo, oferta, para construir, singularmente, uma forma de existência”.

Por esse ângulo, o sujeito é provisório e só pode ser analisado pelo viés da processualidade, “de um vir a ser que não se estabiliza de maneira definitiva. Ele é construído à medida que experiencia a ação das forças que circulam no fora, e que, por diferentes enfrentamentos, afetam o seu corpo e passam, em parte, a circular também do lado de dentro” (MANSANO, 2009, p.115). A produção do sujeito consiste em um movimento contínuo, uma aventura, cujo percurso não é sabido, porque não há previsão do que vai emergir, enquanto modo de vida, do encontro com os dados de cada experiência vivida. Deleuze (2001, p.118) sublinha o caráter efêmero, inconstante do

³ Para Guattari e Rolnik (1996), o processos de singularização frustra os mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, conduzindo à afirmação de valores num registro particular.

⁴ No que tange à subjetividade, uma abordagem classificatória marca contraposição ao sujeito transcendental de Kant e ao sujeito descentrado de Freud, fazendo emergir os chamados sujeito moderno e sujeito pós-moderno, cujas características postas em contraste trazem à luz também o sujeito pré-moderno. “A oposição entre os tipos é clara, um sendo como que o negativo do outro. Assim, por exemplo, o sujeito moderno é racional, centrado, oposto a tudo o que não é humano, consciente, alienado, na medida em que a emoção perde para a razão etc. O pós-moderno é excêntrico, definido por processos mais afetivos do que racionais, híbrido, misturado, extrapola em muito a consciência, recupera uma forma de unidade entre razão, afeto etc. Como dito, o esquema pode operar com três termos, o que coloca então uma forma de sujeito pré-moderno, definido como holista, coletivo, emocional, oral, entre outros epítetos, em marcada oposição ao moderno. Pré-moderno, moderno e pós-moderno designariam assim três formações subjetivas diferentes, com a nuance de que o sujeito pós-moderno recupera e atualiza, como dissemos, em larga escala, traços do sujeito pré-moderno” (GONÇALVES, 2020, p.61-62).

sujeito e afirma: “Se o sujeito se constitui no dado, somente há, com efeito, sujeito prático”.

O entendimento de que o sujeito se constitui historicamente foi visto como uma mudança de rumo na trajetória de Michel Foucault. No curso *Hermenêutica do Sujeito*, ministrado no *Collège de France*, entre 1981-1982⁵, o filósofo expõe sua preocupação em torno dos processos e práticas pelos quais nos tornamos sujeitos, afastando-se, à primeira vista, das reflexões acerca da arqueologia do saber e da genealogia do poder (DELEUZE, 1988; CARDOSO Jr, 2005).

Para Deleuze (1988), o interesse de Foucault pelo sujeito envolve mais que uma mudança temática e se insere no terreno da construção de um novo domínio – a ontologia histórica (relação entre subjetividade e história). Isso porque, para tratar das formas como é constituída historicamente a subjetividade, Foucault volta à Grécia Antiga (aos estudos dos gregos sobre o cuidado de si), passa pela descrição e análise da sociedade disciplinar, observa a composição histórica do Estado e de sua intromissão biopolítica sobre o corpo do indivíduo e da sociedade (MANSANO, 2009; CARDOSO Jr. 2005; GALO, 2011). Nessa retomada, constata que os modos pelos quais nos tornamos sujeitos, os modos de subjetivação, são engendrados historicamente nas práticas de si e vigoram dentro de práticas discursivas e práticas de poder descontinuadas em suas formas históricas. Dito de outro modo, a construção da subjetividade pode ser entendida como uma apropriação singular de dinâmicas históricas. Ou seja, “envolve modos historicamente peculiares de fazer a experiência de si (subjetivação)” (CARDOSO Jr, 2005, p.344).

Nessa visada, a história da subjetivação, que integra a fase foucaultiana de estudos da ética, pode ser interpretada como um ponto de interseção entre a arqueologia do saber e a genealogia do poder. Vale ressaltar, observa Cardoso Jr. (2005), que os saberes e os poderes de todos os tempos (e de cada um, em específico) buscam domar os processos de

⁵ Este curso foi a base para a escrita dos livros *História da Sexualidade II – O uso dos prazeres* e *História da Sexualidade III – O cuidado de si*. Se no primeiro volume de *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*, o foco estava na identificação dos pontos de resistência à rede de poder, nos dois volumes seguintes, a busca foi por entender como se constituem as resistências difusas. Na trajetória de Foucault, o estudo histórico da governamentalidade indicou os pontos de resistência, os desvios, a recusa a ser governado. Em outros termos, indicou as técnicas do cuidar de si como um espaço para a subjetivação. Ao estudar a relação com os prazeres sexuais na história ocidental, Foucault localiza a historicidade da subjetividade e deixa pistas para abordar os modos de subjetivação por diferentes ângulos dos campos de ação e atuação do ator social.

subjetivação, mas estes escapam numa espécie de resistência e ode à vida. Entretanto, Foucault quis ir além dessa perspectiva da subjetividade como um lugar de resistência aos saberes e poderes instalados e buscou enxergá-la de maneira positivada, enfatizando sua mutabilidade que confere ao sujeito dimensão temporal e transformacional (CARDOSO JR., 2005. p. 344).

No que tange à alegação de um desvio de rota, o próprio Foucault defende-se na entrevista intitulada *Sujeito e poder*:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos 20 anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (FOUCAULT, 2014a, p.118)

Amiúde, o filósofo colocou em cena a questão de como são constituídos os modos de subjetivação, que agrupam e arranjam diferentes componentes que têm valor e duração históricos. Assim, trouxe à luz nossa inscrição simbólica no espaço-tempo e a influência das condições históricas na elaboração da subjetividade.

Tendo como referência a discussão de Foucault de que os modos de subjetivação consistem nas condições históricas de produção da subjetividade, trazemos ao palco a pergunta já elaborada por Thompson (1995) e Couldry e Hepp (2017) sobre as implicações da comunicação mediada pelos meios na construção do sujeito⁶. Os autores apontam que, enquanto ambiente, os meios de comunicação redefinem nossa relação social com as dimensões de espaço e tempo, mudam as interações, práticas e discursividades sociais. Ou seja, alteram nosso modo de ser, estar e agir no mundo.

Autores como J. Thompson (1995) e P. Burker e A. Briggs (2004) contribuem para a elaboração de uma história social pelo viés da mídia, apontando as implicações dos meios de comunicação nas transformações da sociedade e da cultura. Sodré (2021) alerta para a consolidação de um *bios* virtual, concebido pelo atravessamento da mídia nos diferentes campos da vida social e da relação do indivíduo consigo mesmo e com o mundo. Eliseo Verón (2013, 2014), ao observar a sequência histórica dos fenômenos mediáticos – registro de processos psíquicos em dispositivos técnicos de comunicação - ,

⁶ Vale mencionar que os autores, herdeiros da teoria social, usam o termo *self*, cuja tradução não é feita na língua portuguesa sob pena de não abarcar a complexidade da noção. Neste texto, quando estivermos nos referindo às ideias desses autores, iremos prezar pelo uso da palavra *self* também.

reconhece, ao longo do tempo, mudanças na semiose social. Nessa visada, os processos de significação, embora infinitos, são sociais e históricos, tecem o que entendemos por realidade e forjam, também, componentes de subjetivação, os quais, reunidos e organizados de formas várias, desenham os modos de subjetivação.

A comunicação mediada pelos meios, portanto, compõe os modos históricos pelos quais fazemos a experiência de nos tornarmos sujeitos; constitui modos de subjetivação delineados a partir dos dispositivos⁷ técnicos de comunicação, que alteram a escala de espaço-tempo e as interações entre indivíduos, instituições e os próprios meios. Seguindo nessa linha de investigação, rechaçamos qualquer pretensão de universalidade e somos convocados a olhar a mídia e a subjetividade como dinâmicas históricas. Nessa esteira, perguntamo-nos sobre a potência dos meios, institucionalizados e estabelecidos socialmente⁸, de colocar em circulação modos de vida⁹ específicos.

3. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

John B. Thompson (1995) colabora para endossar nossa perspectiva de que o dispositivo midiático constitui modos de subjetivação ao demonstrar que o desenvolvimento da mídia altera, de forma profunda e irreversível, a produção e o intercâmbio simbólicos. Se a construção da subjetividade é histórica e ocorre nas

⁷ Na abordagem foucaultiana, os modos de subjetivação requerem dispositivos. Para Muniz Sodré (2021, p.112), a mídia é um dispositivo, pois diz respeito a “uma noção que ultrapassa a simples materialidade técnica dos diversos meios de comunicação. Daí, o valor explicativo do termo *dispositivo* como uma resultante do cruzamento das relações de poder e de saber no quadro problemático do que Foucault chama de “governamentalidade” ou *governo dos homens*. Sodré recorre a G. Agambem para definir dispositivo como um conjunto heterogêneo de elementos que inclui virtualmente discursos, instituições, leis, proposições filosóficas etc. Nesse ângulo, o dispositivo é uma rede que se estabelece entre esses elementos, tem função estratégica e se inscreve numa relação de poder. José Luís Braga também desenvolve estudos sobre a noção de dispositivo em Foucault para análise da comunicação mediada. Uma síntese do conceito nessa perspectiva pode ser acessada no livro “Uma conversa sobre dispositivos”, de José L. Braga, publicado pelo selo PPGCOM/ UFMG.

⁸ Gonçalves(2020) chama atenção ao fato de que a comunicação mediada pelos meios ocorre em condições de produção, circulação e recepção específicas. Em outros termos, ele justifica que os usos, práticas e apropriações que fazemos dos meios ocorrem em contextos culturais, políticos, econômicos e sociais e em circunstâncias comunicacionais específicas. No mais, relembra que já ultrapassamos as primeiras abordagens das teorias da comunicação que traçavam um caminho linear entre o meio e o indivíduo, desconsiderando sua condição sociológica e antropológica. “Os meios se originam em contextos que os condicionam e sua agência se conjuga necessariamente com a agência humana” (GONÇALVES, 2020, p.75). Nessa reflexão, o autor aponta argumentos contra o paradigma da onipotência dos meios e contra o paradigma do usuário solitário, chamando atenção para os grupos de pertencimento que modulam a estabilização social dos meios.

⁹ A subjetividade para Foucault envolve um modo de vida, a diferenciação como trabalho próprio de uma existência, que se dá no tempo histórico.

dinâmicas sociais de interação, trata-se, pois, de um processo atravessado pela reorganização promovida pelos meios tanto na produção e na circulação do conteúdo simbólico quanto na maneira como os indivíduos se relacionam entre si.

Para demonstrar como os meios de comunicação reelaboram o caráter simbólico da vida social e os modos de interação, Thompson (1995) direciona nosso olhar para duas dimensões complementares e, simultaneamente, sobrepostas: 1) dos atributos dos meios técnicos e 2) das características da comunicação mediada.

Atinente à primeira dimensão, o autor destaca que até mesmo a interação face a face requer meios técnicos¹⁰ para ser efetivada. No entanto, diferentes meios técnicos implicam distinções na produção, circulação e recepção simbólica. Nessa conjuntura, é preciso contemplar se a mediação técnica permite fixar, armazenar e reproduzir a forma simbólica e viabiliza o distanciamento espaço-temporal.

Se a mediação técnica contém os atributos listados acima, a comunicação irá promover, entre outros aspectos, a autonomia das instâncias de produção e recepção em relação aos discursos; a persistência do conteúdo no tempo e no espaço; a institucionalização e mercantilização da produção simbólica (THOMPSON, 1995; VERÓN, 2013, 2014). Ao detectarem a importância da mídia para a reconfiguração simbólica da vida social, os estudos de Thompson ecoam nas ponderações de Couldry e Hepp (2017) que considerarem a mídia como detentora de um papel crescente na mediação da nossa experiência no mundo social, afetando a construção social da realidade.

Tendo como referência o construtivismo social, Couldry e Hepp (2017) releem Berger e Luckmann (2008) e apontam uma brecha na obra *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Os autores reclamam a relevância da comunicação e da comunicação mediada, em específico, para construção do mundo social, definido como a esfera intersubjetiva das relações sociais ocorridas na vida cotidiana e prática, a qual é cada vez mais influenciada pela mídia.

Para preencher a lacuna citada, Couldry e Hepp (2017) afirmam que é preciso abordar o mundo social não apenas como mediado, mas mediatizado, isto é, alterado em sua dinâmica e estrutura pelo papel que a mídia desempenha continuamente e

¹⁰ J. Thompson (1995, p.26) define meio técnico como “substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou por meio do qual, a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor para o receptor”.

recursivamente na sua construção. Para os pesquisadores, vivemos a profunda midiaticização, uma conjuntura na qual “mais e mais aspectos da nossa prática diária são saturados por novas formas de comunicação mediada”, ou seja, trata-se de um mundo social fundamentalmente entrelaçado com a mídia, “um mundo social midiaticizado” (COULDRY, HEPP, 2017, p. 54).

Seja abordando o vínculo entre mídia e reconfiguração do caráter simbólico do social, seja buscando compreender a conexão entre mídia e construção social da realidade, respectivamente, Thompson (1995, 2018) e Couldry e Hepp (2017), por caminhos epistemológicos distintos, avançaram nas investigações e direcionaram suas preocupações à relação entre os meios de comunicação e os modos de construção de si, de subjetivação.

Diante do problema, Thompson elaborou duas perguntas: Como é viver em um mundo cada vez mais permeado de formas mediadas de informação e comunicação? O que acontece com o *self* num mundo onde a experiência mediada desempenha um papel crescente e substancial nas vidas diárias dos indivíduos?

Com base em um quadro teórico pintado com as tintas da hermenêutica e do interacionismo simbólico, Thompson afirma que o *self* é construído a partir das interações sociais que ocorrem num espaço-tempo. Em outros termos, o pesquisador acentua o caráter social, ativo e criativo do *self*, demarcando-o como “um projeto simbólico que o indivíduo constrói ativamente, mediante os materiais simbólicos que lhe são disponíveis” (THOMPSON, 1995, p.183).

Apesar de reconhecer que as condições de formação do *self* foram alteradas com os meios de comunicação, Thompson descarta a ideia de um *self* fragmentado e descentrado, mas salienta que, enquanto projeto simbólico, ele tornou-se cada vez mais desembaraçado dos locais e contextos da vida cotidiana e dependente das experiências mediadas¹¹:

À proporção que estas experiências mediadas vão sendo incorporadas reflexivamente ao projeto de formação do *self*, a natureza do *self* também vai se transformando. Não é dissolvida ou dispersa pelas mensagens de mídia, mas aberta por elas, em vários graus, para influências provenientes de locais distantes (THOMPSON, 1995, 201-202).

¹¹ Em 2018, foi publicado na revista MATRIZES um artigo no qual J. Thompson acrescenta às suas reflexões a mediação proporcionada pelo ambiente da internet, especialmente a partir das plataformas de redes sociais.

Nesse cenário, o cientista destaca o surgimento de novos tipos de intimidade que não existiam na relação face a face, a exemplo da intimidade não recíproca (relação entre fã e ídolo na cultura de massa) ou da reciprocidade desenhada pelo *modus operandi* das plataformas de redes sociais (THOMPSON, 1995, 2018). O cientista chama atenção ainda para o fato de que a mídia nos coloca em contato com experiências que foram “sequestradas” pela organização social moderna, a qual ergueu edificações para abrigar os loucos, doentes terminais etc. Thompson relembra que, antes da modernidade, a punição ocorria em praça pública e os doentes mentais conviviam com suas famílias nos espaços da comunidade. Se a constituição do sistema jurídico, da medicina e da psiquiatria “sequestraram” essas experiências do contexto diário dos indivíduos, o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, sua estabilização e apropriação social promoveram a “dessequestração” dessas experiências e, mais que isso, tornaram disponíveis novas formas de experiências, impensáveis para gerações anteriores (THOMPSON, 1995, p.196-197). A mídia traz a possibilidade de viver em um mundo em “que a capacidade de experimentar se desligou da capacidade de encontrar” (THOMPSON, 1995, p.182).

Olhando especialmente pelo prisma das transformações ocorridas com a digitalização, surgimento da internet e da web, da tecnologia móvel e das plataformas de redes sociais, Couldry e Hepp (2017) trazem à tona a dataficação¹² e suas implicações no processo social de elaboração do conhecimento, que vêm afetando a formação social da subjetividade. Para os autores, os novos meios transformam a produção de conhecimento em duas vertentes: 1) a automação garante produção ostensiva e exterior às dinâmicas cotidianas de construção humana de sentido; e 2) a lógica que rege essa construção é a lógica econômica das plataformas, distinta dos objetivos dos atores corporificados (VAN DIJCK et al, 2018). Nessa paisagem, afloram novos tipos de sociabilidade, de negociações e estratégias de adequação a um contexto que instiga o *self branding*. Ou seja, o gerenciamento do *self* como marca¹³ no ambiente digital.

¹² Na sequência histórica da mídiatização, a onda da dataficação diz respeito ao cenário no qual toda ação na rede é transformada em dados, capturados e analisados on-line para traçar previsões e alimentar o negócio das grandes corporações que gira em torno da publicidade. Nesse cenário, a mediação algorítmica e a automação, por exemplo, trazem elementos novos ao desempenho do sujeito social na rede.

¹³ Para Semprini, a marca é uma construção discursiva que envolve a produção social de sentido. Ver mais em: SEMPRINI, Andrea. A Marca Pós-Moderna: Poder e Fragilidade da Marca na Sociedade Contemporânea. São Paulo: Estação das Letras, 2006.

4. A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE EM TEMPOS DE MEDIATIZAÇÃO PROFUNDA

Para tratar da construção da subjetividade numa sociedade e cultura profundamente mediatizadas, Couldry e Hepp (2017) têm como chão epistemológico a teoria social e partem da noção de figurações desenvolvida por Norbert Elias. Por esse prisma, abordam o *self* por três aspectos: 1) a socialização e 2) os recursos necessários à sua elaboração e, também, 3) os traços digitais do eu (*self*).

Os autores concordam que a subjetividade é processual, inerentemente dialógica, construída nas interações sociais. Assim, o *self* não é estático, está constantemente em movimento. Couldry e Hepp (2017) conclamam atenção ainda para os processos materiais de formação e manutenção do *self*. Nesse segundo quesito, apontam para a comunicação mediada por dispositivos técnicos, especialmente em tempos de dataficação ou “plataformização da sociedade” (VAN DIJCK et al, 2018), quando os traços digitais do *self* tornam-se dados para agregação de valor e lucro por parte das grandes corporações (COULDRY; MEJÍAS, 2019). Por esse viés, na contemporaneidade, a discussão sobre a subjetividade não pode ser dissociada das lógicas econômicas do neoliberalismo, nem ficar restrita a elas (SAFATLE et al, 2020).

Na ambiência das plataformas, especialmente das redes sociais, solicita-se do *self* um estado de constante conectividade, uma disposição incessante à interação. No que tange ao desempenho do *self*, Couldry e Hepp (2017) vislumbram riscos na contínua negociação entre o que deve e não deve ser publicado, nas consequências da visibilidade e na diluição de fronteiras entre o público e o privado. Os autores também sinalizam oportunidades na mudança da escala espaço-tempo, gerando um campo maior de atuação para conquistar desejos e saciar necessidades¹⁴. Essa transformação incide nos processos de constituição da subjetividade, engendrando o *self branding*, uma espécie de gestão online da imagem do “eu”, por exemplo, no mundo do trabalho e dos negócios. Nesse cenário, o indivíduo modula o seu valor único para o mundo exterior, sua relevância e diferenciação em relação aos outros. Não basta, portanto, identificar a diferença, é preciso

¹⁴ Na visão dos autores, a ambiência digital não produz um *self* estendido, mas altera a nossa relação com a dimensão social do espaço-tempo, na qual estamos expostos, somos gerenciados, governados e fazemos o governo de nós mesmos.

comunicar e deixar traços digitais em espaços relevantes, como o *LinkedIn* no âmbito profissional.

Retomando o fio de Ariadne da nossa discussão – a perspectiva de que a comunicação mediada por dispositivos técnicos compõe modos de subjetivação -, encontramos nas reflexões de Couldry e Hepp (2017) pontos que podem sintonizar com o nosso olhar. No que concerne à socialização e construção da subjetividade, podemos destacar as ponderações dos cientistas que mostram, desde a infância, a mudança na textura da vida cotidiana provocada pela inserção dos materiais simbólicos mediados tecnicamente. Já, na adolescência, percebe-se que a cultura digital engendra relações fluidas e até a conversa face a face, mesmo sendo necessária, é atravessada pelos relatos nas plataformas que instituem o “eu algoritmo” - a inserção e influência do processamento de dados na reflexividade do self.

O jovem adulto, por sua vez, constrói sua rede de amigos e trabalho sob o peso do julgamento do que é publicado nas redes sociais e fica armazenado e disponível ao acesso. Para Couldry e Hepp (2017), nessa situação, o medo torna-se uma força fundamental nos processos de socialização e, assim, crianças, adolescentes e adultos não gerenciam apenas seu corpo físico, mas também, seu “corpo de dados”¹⁵. Isso, porque a mídia não constrói recursivamente apenas o mundo social e os processos de socialização, mas também a subjetividade. Para os autores, recursos são estruturas materiais que aprimoram a capacidade do *self* de agir de várias maneiras. Segundo eles, podemos localizar três tipos distintos de recursos: primeiro, recursos para auto-narração (manutenção da identidade através da narrativa em blogs, sites e perfis nas plataformas sociais); segundo, recursos para auto-representação (ou apresentação); e terceiro, recursos para auto-manutenção, isto é, para manter o *self* como ator social funcional na ambiência digital. Neste último ponto, a prática de tirar *selfie* é indicada como uma estratégia que pode sustentar uma narrativa contínua do *eu*.

A pedra angular dessa discussão, todavia, é que, no contexto da plataformização da sociedade, o indivíduo é pressionado a estar conectado (on-line), a fim de funcionar como um ser social. Dessa maneira, as condições operacionais das infraestruturas digitais tornam-se parte das condições de construção e de desempenho do sujeito social

¹⁵ Os autores defendem uma fenomenologia materialista e explicam que uma fenomenologia do mundo social deve registrar a mudança morfológica social que está em curso.

(COULDRY; HEPP, 2017). Associado a isso, tem o fato de que, na rede social digital, qualquer ação consiste numa espécie de pegada, traços, vestígios do sujeito que são transformados em dados para alimentar o Big Data e gerar valor e lucro por meio de análises preditivas.

Vale ressaltar que os traços digitais consistem numa sequência de “pegadas digitais” relacionada a um determinado ator ou ação, embora também possa abarcar uma coletividade ou organização. É a conexão dos dados a um indivíduo único que permite a sustentabilidade das plataformas enquanto negócio, uma vez que a publicidade é pautada na personalização. Couldry e Hepp (2017) destacam que os traços digitais não oferecem acesso ao mundo social “como ele é”, mas sim aos procedimentos pelos quais organizações poderosas tentam construir um mundo no qual possam agir.

Nessa direção, os cientistas convocam uma reflexão sobre a exteriorização desse *self* numa sociedade profundamente mediatizada, que acarreta uma espécie de “quantificação do *self*”. Eles inferem que é preciso considerar um novo tipo de autoconhecimento que está emergindo através da coleta automatizada de dados. Os autores exemplificam essa observação com a crescente onda de quantificação dos dados de saúde por aparelhos que monitoram o corpo, disponibilizando informações que permitem uma interferência preventiva e um autoconhecimento de comportamentos e hábitos mapeados pelos números. Esse monitoramento, além de instaurar uma lógica de vigilância e monitoramento do indivíduo sobre si mesmo, também alimenta os bancos de dados de hospitais, planos de saúde e indústria farmacêuticas, amplificando o grau e o espectro do controle da vigilância. Essas linguagens que medem e controlam o *self* não são inocentes, mas colocam em processo uma transformação do poder social e político (COULDRY, HEPP, 2018; COULDRY, MEJÍAS, 2019)

Para Couldry e Mejías (2019), essa vigilância integra um processo mais amplo denominado de colonialismo de dados, o qual guarda similaridades com o colonialismo histórico. Na modalidade contemporânea, todavia, os dados é que são considerados “terra de ninguém” e podem ser extraídos e explorados por grandes corporações para sustentar estratégias de marketing e sustentabilidade do negócio das plataformas. Couldry e Mejías (2019) advertem que, ao invadir o espaço do *self*, a prática de dados coloca em risco a integridade da vida humana que precisa ser protegida. Os autores advertem que a vigilância automatizada no campo do *self* ameaça o espaço aberto em que nos transformamos continuamente. Nessa visada, alegam que a preocupação em voga não diz

respeito à defesa da auto-regra individualista, mas é direcionada à integridade mínima e socialmente fundamentada do *self*, sem a qual não reconhecemos a nós mesmos e aos outros como nós mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de abordar as implicações da comunicação mediada por dispositivos técnicos na construção da subjetividade, este texto trata a subjetividade como um processo intersubjetivo tecido, continuamente, nas significações dadas às relações, práticas e discursividades sociais. Essa problemática se insere num quadro teórico que compreende a realidade como uma elaboração social, tensionando perspectivas essencialistas e universalistas sobre o sujeito. Nesse viés, constata-se que a subjetividade é forjada no espaço-tempo, portanto, construída historicamente em determinados contextos culturais, econômicos, políticos, sociais, tecnológicos etc, nos quais são travadas lutas entre as possíveis determinações e o cuidar de si, o elaborar-se.

Se partimos do pressuposto de que, ao longo do tempo, diferentes conjunturas engendram distintos modos de subjetivação, temos que os meios de comunicação, institucionalizados e estabelecidos socialmente, interferem no caráter simbólico da vida social e nas estratégias de socialização conformadoras da realidade social. Nessa direção, alteram as modalidades de interação social e os modos de ser, estar e agir no mundo, intervindo no delineamento das subjetividades.

Supomos que seguindo a trilha da sequência história da midiatização, já traçada por autores como Eliseo Verón (2013, 2014), Couldry e Hepp (2017), Briggs e Burke (2004), Thompson (1995, 2018) entre outros, buscando mapear as transformações provocadas pelos meios nas interações, na relação social com o espaço-tempo e na produção, circulação e recepção dos discursos, podemos esboçar um desenho histórico dos modos de subjetivação pelo viés da comunicação mediada.

Esforços nessa direção foram realizados, em certa medida, por Thompson (1995, 2018), Couldry e Hepp (2017) e Couldry e Mejías (2019) e apresentados, de forma breve, neste texto. Porém, intentamos deixar algumas portas entreabertas no sentido de acentuar a importância e o desafio da continuidade de tal empreitada, especialmente face ao colonialismo de dados.

Uma vida continuamente rastreada e vigiada é uma vida desapropriada. Rejeitar o colonialismo de dados não significa rejeitar a coleta e o uso de todas as suas formas, mas

desprezar a apropriação indevida e escusa de nossa vida como recurso para uma ordem social calcada na lógica neoliberal do valor e lucro. Um primeiro passo nessa direção é conhecer o fenômeno pelo nome, alertam Couldry e Mejías (2019). Ou seja, reconhecer a situação como uma modalidade de colonialismo, cuja dinâmica, ao longo da história moderna, deixa marcas profundas na constituição das subjetividades (KILOMBA, 2019).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Indústria Cultural e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 28. Petrópolis: Vozes, 2008. 240 p.
- BOUDAUD, J.; VERON, E. **Sémiotique ouverte: itinéraires sémiotiques en communication**. Paris: Lavoisier, 2007.
- BRIGGS, A; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutemberg à Internet**. Trad. Maria C. P. Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 346 p. (Interfaces).
- CARDOSO JR., H. C. Para que Serve uma Subjetividade? Foucault, Tempo e Corpo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2005, 18(3), pp.343-349.
- CORREIA, F. C. Theodor W. Adorno e o problema da (semi)formação. **Revista Kinesis**, vol. VIII, nº 16, Julho, p.110-126, 2016.
- COULDRY, N.; HEPP, A. **The Mediated Construction of Reality**. Cambridge, UK: Polity Press, 2017.
- COULDRY, N.; MEJÍAS, U. A. **The Costs of Connection: How Data is Colonizing Human Life and Appropriating it for Capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.
- DEFLEUR, M. L. et BALL-ROKEACH, S. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 1993.
- DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. C. S. Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume** (L. B. L. Orlandi, trad.). São Paulo: Editora 34, 2001.
- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito** (Resumo dos Cursos do Collège de France/1970-1982). Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade** (Vol. III: O cuidado de si). Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos – IX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 118-140.
- FOUCAULT, M. As técnicas de si. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos – IX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. p. 264-296.
- FOUCAULT, M.. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GALO, S. Do cuidado de si como resistência à biopolítica. In.: CASTELO BRANCO, G.,; VEIGA NETO, A. **Foucault: filosofia e política**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- GONÇALVES, M. S. Para pensar comunicação, cultura e subjetividade: uma perspectiva de análise. **MATRIZES**. V.14 - No 1 jan./abr. 2020, p. 59-78
- HOHLFELDT, A.; FRANÇA, V; MARTINO, L. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. MATTELART, A.; MATTELART, M.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

-
- MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2). 2009. P.110 - 117
- MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 5^a ed. São Paulo: Loyola: 2002.
- MAYER-SCHONBERGER, V.; CUKIER, K. 2013. **Big data**: como extrair volume, variedade, velocidade e valor da avalanche de informação cotidiana. Rio de Janeiro: Elsevier, 164p.
- SODRÉ, M. **Sociedade Incivil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021.
- THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**. 12 (3). 2018. p. 17-44.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1995. 360 p.
- VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. C. 2018. **The platform society**: public values in a connected world. New York: Oxford University Press, 2018. 240 p.
- VERÓN, E. **La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes**. Buenos Aires: Paidós, 2013.
- VERÓN, E. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**, V. 8 - Nº 1 jan./jun. 2014, São Paulo – Brasil, p. 13-19.
- SAFATLE, V., SILVA JR., N., DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte, Autêntica, 2020. 286 p.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Leitura e crítica).